



ENSINO DE LITERATURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA PARA DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Autor (a): Ângela Roberta Carneiro de Sousa; Co-autor (a): Ana Maria Carneiro Almeida Diniz; Co-autor (a): Juliana Fernanda Vieira Souza.

(Universidade Estadual da Paraíba – CAMPUS IV, e-mail: robertasousac9@gmail.com)

RESUMO: As relações históricas e socioculturais entre África e Brasil desenvolveram-se em períodos como o colonial e em fenômenos como a “diáspora negra”, essa comunicação transnacional construiu uma identidade caracterizada pela multiplicidade. Dessa forma, o ensino de manifestações literárias, nas aulas de Língua Portuguesa, que abordam a representação das identidades do negro africano e afro-brasileiro, objetivando a valorização cultural e a desconstrução dos estereótipos de inferioridade racial, contribui para o conhecimento histórico desses povos, a formação crítica do discente em face dos discursos étnico-raciais, bem como estimula a interação entre indivíduos de diferentes etnias, promovendo assim, o aspecto da cidadania. O artigo trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, apoiando-se nos estudos de GILROY (2001) e FANON (2008), ademais serão utilizados os Parâmetros Curriculares Brasileiros – PCN’s (BRASIL,1998), bem como a lei nº 10.639/03 que assegura e promove o ensino da literatura afro-brasileira nas instituições escolares. Portanto, presume-se que práticas educacionais das quais discutam textos literários que retratem a figura do africano e do afro-brasileiro auxiliam no desenvolvimento do estudante em suas habilidades e competências nos campos das artes e das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Literatura Africana e Afro-brasileira; cidadania.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil mantém uma constante relação dialógica com o continente africano, uma vez que, os processos históricos e socioculturais de formação estabelecidos em ambos os territórios estão interligados. Fenômenos como o período colonial e a “diáspora negra”, por desenvolver um fluxo de pessoas e distintas culturas entre essas nações promoveu a miscigenação e o multiculturalismo da população brasileira, conseqüentemente, isso contribuiu para um contato transnacional que compôs de uma nova identidade, ou seja, resultante da soma entre povos de diferentes etnias surge uma população mestiça, essa equação também influenciou simultaneamente os aspectos locais referentes à cultura de cada região.

Logo, o texto literário por trabalhar na construção do pensamento pessoal e social, desenvolvendo no sujeito o aprimoramento intelectual juntamente com a constituição do comportamento étnico, torna-se um instrumento eficiente no ensino e formação do indivíduo. Dessa forma, a abordagem de literaturas que apresentem a imagem do africano e do afro-brasileiro a partir de suas relações e das suas identidades, nas aulas de Língua Portuguesa, funciona como estratégia para compreensão e reconhecimento do culturalismo, bem como possibilita uma interpretação crítica sobre textos os quais formularam uma visão estereotipada da questão racial que perpassou por diversos contextos históricos da sociedade.

Assim, ao identificar o discurso preconceituoso fundamentado pelos textos literários coloniais e ao utiliza-se do conhecimento de outra vertente demonstradas nas literaturas de resistência Pós-coloniais o estudante irá assumir uma postura crítica e, posteriormente, essa atitude incentivará a interação dos indivíduos de étnicas distintas, desenvolvendo, portanto, a cidadania.

O artigo através de uma pesquisa bibliográfica irá refletir e analisar estudos de GILROY (2001) e FANON (2008), pelo fato de estruturar ideias acerca das relações de etnias e os discursos que as envolvem, em seguida serão utilizados os Parâmetros Curriculares Brasileiros – PCN’s (BRASIL,1998) e a lei nº 9394/96 que assegura e promove o ensino da literatura afro-brasileira nas instituições escolares.

Por fim, pressupõe que uma atividade pedagógica voltada para discursão de obras ou textos literários que representem os aspectos africanos e os afrodescendentes estabelecidos



pelos discursos coloniais auxiliará o estudante, enquanto cidadão, refletir diversas questões sobre a inclusão social.

2. IDENTIDADE DOS POVOS DE ETNIA NEGRA NOS DISCURSOS COLONIAIS

A concepção de identidade é estabelecida por um conjunto de aspectos individuais e sociais, segundo Gomes (2005) o seu conceito não é inato, referindo-se ao indivíduo em uma esfera internalizada, ou seja, de entendimento próprio e no plano das relações pessoais instituídas pelas referências culturais, visíveis através das expressões linguísticas, tradições populares, crenças, etc. Desse modo, o sujeito também assume uma identidade pressuposta por um grupo da sociedade.

Assim, a identidade do homem africano é representada por um estigma construído no passado, durante o contexto colonial, que demonstra a imagem social do negro como sujeito inferior, tendo valor apenas como objeto de uso do trabalho braçal. Esta ideia acerca do homem de cor é sustentada por discursos que construíram uma ideologia a qual posiciona o africano na base da pirâmide hierárquica racial.

Logo, o afro-brasileiro por possuir hereditariedade africana, em consequência aos processos históricos de migração e miscigenação racial, se enquadra na concepção dada à etnia negra de que o preto é um humano submisso e pouco desenvolvido, assemelhando-se a um “macaco”.

Devido a ideologia do período da colonização, ainda hoje, é observável explicitamente e implicitamente o emprego constante da discriminação racial, por meio dos povos de pele branca assim como aqueles de própria cor negra, pois o africano construiu sua identidade a partir de influências dos discursos coloniais.

Desse modo, o africano por não se assimilar aos padrões estabelecidos pelos discursos ocidentais de superioridade europeia, procura o seu embranquecimento através das relações sociais, uma vez que, o discurso colonialista ao estabelecer uma escala intelectual levando como critério e competência apenas a classificação racial por meio de teorias como o darwinismo social de Herbert Spencer faz com que a etnia negra posicione-se inferiormente em relação ao europeu, conseqüentemente, o ego do branco irá sobressair de modo que desenvolva atitudes raciais preconceituosas.

“Começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

www.sinafro2018.com.br

preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco” (FANON, 2008, p. 94).

Portanto, as difusões de ideais racistas geram uma sociedade marcada pelo preconceito que percorre gerações e posto isto, a educação tenta edificar um estudo crítico dos discursos coloniais, visíveis principalmente nas literaturas, partindo de que este trabalho servirá como forma de resistência e quebra do paradigma racial. Uma vez que, as posições predeterminadas para o negro a partir de uma estratégia dos povos ocidentais em colonizá-lo como produtos para comercialização ou catequização devem ser desfigurados para o surgimento de uma nova identidade legitimadora do negro africano e afrodescendente.

3. SIGNIFICAÇÃO DA LITERATURA DE RESISTÊNCIA

A literatura é um instrumento para conhecimento histórico, social, econômico, político e cultural de um povo, sobretudo ela abre espaço para ocupar-se como lugar de reconhecimento, compreensão e denúncia. Assim, os textos literários de resistência aos discursos estabelecidos pelo sistema colonial e de afirmação da identidade nacional africana, contribui para desconstrução dos paradigmas em relação ao homem negro.

Uma literatura de expressão portuguesa que possui como temática e autoria o homem negro sem preceitos subjetivos de inferioridade, ou seja, sem estereótipos de representação ocidental, organiza um maior posicionamento em relação à representação de uma visão problematizada acerca dos discursos coloniais, apresentando uma nova identidade histórica e cultural à população africana e afro-brasileira.

Sendo o continente africano uma mescla de culturas e tendo sofrido permanente exploração e saques dos povos que ali aportavam, os quais deixaram suas marcas ao impor a visão do colonizador, foi preciso que vozes se insurgissem para retomar aquilo que lhes pertencia: sua terra. E coube àqueles que se fizeram ouvir, sacudir, pela linguagem, as mentes amedrontadas e entorpecidas pela servidão. São, pois, os autores que, pretendendo a reconquista do território através da palavra, dão aos seus textos um caráter de posse e de pertencimento. E é explorando esse discurso, cuja função referencial pode obscurecer o poético ou ser obscurecida por ele, é que compartilhamos a vida de seus habitantes. (BARRETO, 2005, p. 61).

A linguagem torna-se ferramenta essencial para dar voz aos diferentes povos e as diferentes culturas vítimas de uma censura colonialista, agora os escritores africanos procuram retomar a imagem de sua etnia, esta não marcada pelo preconceito europeu, mas uma figura de combate, de poder, de força e de contribuição.

A formação de textos afro-brasileiros que proporcionem uma compreensão dos estereótipos estruturados nos discursos coloniais e que sirvam como instrumento de embate para refazer as ideologias, hierarquias e representações europeias acerca do africano é fundamental para reconstrução da identidade do homem de cor negra.

A afro-descendência que os autores negros desejam forjar resulta de um trabalho de problematização dos lugares definidos para o grupo na textualidade e na vida social brasileiras, um questionamento dos estereótipos e regimes de representação utilizados por intelectuais e escritores desde os primeiros textos que registraram a presença dos africanos e afro-descendentes no país (SOUZA, 2004, p. 280).

Obras literárias como “A estória da galinha e do ovo” de Luandino Vieira que se observa uma identidade nacional retratada nos musseques, uma análise ao jogo de poderes visíveis naquele contexto antes da independência angolana, bem como por ser possível através dos seus personagens uma interpretação crítica a figura do clero com João Pedro, a burocracia e exploração econômica com Zé Sô e Sô Vitalino, entre outros, serve como uma nova maneira de ver através de um olhar de denúncia.

Outro aspecto principal se dar pelo seu título apresentar uma palavra originada por um escritor brasileiro e por sua narrativa apresentar dialetos angolanos socializados ao português que permite refletir nessa linguagem híbrida uma resistência à língua implantada pelo colonizador e uma comunicação à literatura brasileira.

Posteriormente, outras obras como “Filhos da pátria”, de João Melo, que abordam tradições culturais ou religiosas trazidas para o Brasil pelos africanos e “Nação Crioula” de Agualusa que intensifica através das cartas do protagonista Fradique a relação dialogada entre os povos africanos e brasileiros e a forte acusação ao comércio e submissão negra, contribuem significativamente para percepção de literatura enquanto meio de representação e resistência.

4. ENSINO DA LITERATURA AFRICANA E AFRO-DESCENTE COMO FERRAMENTA CONTRIBUINTE PARA PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CIDADÃ.

A história de uma literatura de resistência africana e afrodescendente é marcada por uma trajetória de embates a discursos coloniais, estes os quais construíam um pensamento de inferioridade racial ligado ao povo de etnia negra.

Apesar das conquistas políticas, sociais e economias, os negros ainda vivem a margem da sociedade. Isso é explicado em resultado aos traços sócio-históricos de repressão e discriminação.

Desse modo, a instituição escolar devido a sua parcela na formação moral do indivíduo, assume-se como papel fundamental para que se ponha em desenvolvimento práticas socializantes, bem como articule processos de caráter participativo, individual e coletivo, a inquietação diante de uma problemática, a reflexão crítica a atitudes preconceituosas e exercícios de transformações sociais que se dirijam a interação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) que trabalham como um conjunto de estabelecimentos de iniciativas no sistema de educação brasileira de maneira organizada, defende a escola como veículo para construção da cidadania, afirmando também que os conteúdos trabalhados devem estarem estruturados no contexto dos alunos para que eles possam perceber a importância desses assuntos, “a concepção da área evidencia a natureza dos conteúdos tratados, definindo claramente o corpo de conhecimentos e o objeto de aprendizagem, favorecendo aos alunos a construção de representações sobre o que estudam” (BRASIL, 1998). Portanto, as literaturas devem ser abordadas de forma que representem uma realidade do discente, como é a questão da apresentação de identidades e ideologias de cunho discriminatório no que diz respeito a população negra, bem como os mecanismos para quebra desse paradigma.

Por seguinte, é constituída uma educação para cidadania que contribui para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e tolerantes, ou seja, seres que a partir da compreensão crítica de discursos coloniais, posicionem-se diante dele, bem como seres que dialoguem com outros de valores, crenças, hereditariedades e raças diferentes.

Logo, o conhecimento de literaturas africanas e afro-descende, possivelmente constitui um processo do qual fará com que a população brasileira observe e entenda a sua nacionalidade, esta marcada pelas questões de diversificação.

Gilroy (2001) defende que devido aos processos migratórios ocorridos pelas navegações no Atlântico, estas de exportação e importação dos povos africanos, houve mais que um deslocamento migratório de pessoas, mas o estabelecimento de um fluxo cultural. Tal troca de valores formou uma identidade híbrida. Isto sustenta a questão de que devemos nos compreender como uma mistura do outro, logo, devemos entender as contribuições africanas para formação social.

Outro aspecto é o estudo de obras literárias que representem a etnia do africano e do afrodescendente de maneira não mais submissa e inferior, abrindo espaço para um pensamento em relação à origem histórica da ideologia preconceituosa.

Ademais é possível que essa reflexão e análise de preconceitos etnocêntricos possa permitir que o estudante afrodescendente enquanto cidadão que compõe a questão étnico-cultural do país consiga se reconhecer.

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira elabora um plano que aborde o estudo das relações étnico- raciais para o reconhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana, estas marginalizadas no contexto social e até mesmo no currículo escolar, até sancionar a lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, criada com o objetivo de que haja um processo nacional de reeducação dos cidadãos a reconhecer a pluralidade racial do país, bem como “o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições da diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1988).

“Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira”.

Dessa forma, visando combater o racismo propõe-se que conhecimentos acerca das relações históricas, sociais, antropológicas que discutem sobre a questão da discriminação particularizadas aos negros, seja refletida.

Assim, uma educação para construção de estudantes que compreendam os valores de igualdade étnica e racial e que reconheçam a identidade e o contexto histórico de sua formação social traz em questão a constituição de uma cidadania estabelecida no pensamento crítico e no respeito aos direitos humanos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perceber a comunicação entre a nação africana e brasileira, e os preconceitos que as envolvem, o presente artigo propôs desenvolver uma reflexão acerca da construção de estereótipos raciais articulados a partir dos discursos coloniais, estes que deram origem a discriminação étnica, bem como apresentar a necessidade do conhecimento desses povos e de suas literaturas de embate, nas aulas da disciplina de

Língua Portuguesa, para posicionamento crítico do aluno e para sua formação cidadã no que diz respeito a sociointeração

Ademais, buscamos explicar a utilização da literatura de resistência negra e a sua importância no contexto escolar de formação, pois esta objetiva aprimorar o conhecimento intelectual dos indivíduos, bem como promove a constituição do comportamento ético dos mesmos, ou seja, a literatura como proposta de ensino e de formação do educado como sujeito que possui atitudes socializadoras de interação a serem desenvolvidas.

Desse modo, demonstramos a procura pelo engajamento assegurado pelas leis e normas nacionais, para a utilização de uma estratégia de abordagem dos textos literários que apresentem a imagem da persona africana partindo das relações de identidade e cultura, pois esta possibilita o aperfeiçoamento sobre a compreensão do culturalismo, tal como proporciona ao indivíduo o crescimento crítico sobre os assuntos retratados, uma vez que, ao reconhecer os discursos de preconceito ressaltados nas literaturas colonial, assim como analisar de forma comparativa com os textos literários na vertente de resistência do Pós-colonialismo, o estudante assume uma postura crítica que pode persuadir-se na interação dos indivíduos de etnias diferentes.

6. REFERÊNCIAS

BARRETO, Eneida M.W.M. **Literatura Africana em sala de aula**. Disponível em <<http://www.innovatio.org.br/download/cursos/historia%20da%20africa/Leitura%207.pdf>> Acesso em: 18 de maio de 2018.

BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEF, 2004. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-Descendente: Identidade em Construção**. Rio de Janeiro: Palas; São Paulo: EDUC, 2000.

Gilroy, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

www.sinafro2018.com.br



Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MARIA, N. S. F; TEREZINHA, T. M. **Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa.** Disponível em: <
http://www4.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121019162329.pdf > Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

SOUZA, Florentina. **Solano Trindade e a produção literária afro-brasileira.** In: Afro-Ásia, 31 (2004).